



# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

## A importância das Instituições de Ensino Superior – o caso da ESTGL

**GUEDES, Anabela Fernandes**  
Doutoramento  
*aguedes@estgl.ipv.pt*

**MARQUES DOS SANTOS, Paula**  
Doutoramento  
*psantos@estgl.ipv.pt*

**ANTUNES, Sandra Maria**  
Doutoramento  
*santunes@estgl.ipv.pt*

### EIXO TEMÁTICO:

Eixo II – O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO E À CULTURA

### RESUMO

As instituições de ensino têm como principal incumbência fazer cumprir o artigo 26<sup>a</sup> da Declaração Universal dos Direitos Humanos e estão, por isso, obrigadas a cumprir o desafio que têm inerente à sua missão. Mais do que qualquer outra atividade institucionalizada, é a educação o setor que mais pessoas envolve. Fonte de desenvolvimento social e económico incontestável, as Instituições de Ensino Superior têm como principal objetivo a qualificação de alto nível de todos os que as frequentam e são, por isso, responsáveis por melhorar as competências e preparar os jovens para a vida ativa. Inserida na região de Lamego, a ESTGL, uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu, é uma instituição de ensino superior igual a tantas outras neste país que pretende cumprir a missão para a qual foi criada e é uma fonte de desenvolvimento social e económico da região de Lamego. Este artigo tem como objetivo refletir em relação à missão das instituições do ensino superior e à evolução da ESTGL desde que entrou em funcionamento, no ano letivo de 2000/2001, até aos dias de hoje.

**Palavras-chaves:** Instituições de Ensino Superior, Ensino, ESTGL



Fonte: <<https://nacoesunidas.org>>



# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

## ABSTRACT

Educational institutions have as their main duty to enforce Article 26th of the Universal Declaration of Human Rights and are, therefore, obliged to fulfil the challenge inherent in their mission. More than any other institutionalized activity, education is the sector that most people involve. As a source of undeniable social and economic development, Higher Education Institutions have as their main objective the high-level qualification of all those who attend them and are therefore responsible for improving skills and for preparing young people for active living. Set in the region of Lamego, ESTGL, an organic unit of the Polytechnic Institute of Viseu, is a higher education institution like many others in this country which intends to accomplish the mission for which it was created, and it is a source of social and economic development of the Lamego region. The purpose of this article is to reflect on the mission of higher education institutions and the evolution of ESTGL since it began operating in the academic year of 2000/2001, up to the present day.

**Keywords:** Higher education institutions, teaching, ESTGL

## INTRODUÇÃO

A incessante vontade de dominar o conhecimento acompanha a trajetória humana. A importância desta vontade pode ser materializada, por exemplo, pela constante procura defendida por Platão em compreender a natureza do conhecimento. Platão dedicou a sua vida a esta tentativa de compreender a essência do saber. Já para a fé hindu, o conhecimento representava uma das três vias de acesso à divindade. No entanto, na História da Humanidade, a presença do conhecimento vai muito além de ideias e crenças. O conhecimento e a necessidade de informação é o que distingue o Homem de todos os demais seres-humanos, sendo que a liberdade humana está intimamente ligada a esta mesma capacidade de obter informação, ou seja, a determinação de fazermos isto ou aquilo supõe que tenhamos a informação necessária para tomarmos esta ou aquela decisão e isso repercute-se no nosso livre





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

arbitrio. Diz-se mesmo que “o conhecimento é a moeda do nosso tempo” e é neste contexto de uma aparente necessidade básica ao ser-humano que as instituições de ensino são e serão (sempre) a melhor resposta.

Criadas com o objetivo de serem concebidas como instrumentos de mudança e transformação social orientados para o enriquecimento da vida humana, as instituições de ensino têm, pois, a missão da realização máxima do potencial inerente ao indivíduo visando a sua formação integral. Na esteira, surgem as instituições de ensino superior que almejam a concretização desse mesmo objetivo, com benefícios para quem as frequenta e para a sociedade, com claras vantagens que se refletem, em primeira e última instância na felicidade das pessoas.

## OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo refletir em relação à missão das instituições do ensino superior e à missão da ESTGL desde que se implementou na cidade de Lamego e entrou em funcionamento, no ano letivo de 2000/2001.

## A ESCOLA E O ENSINO SUPERIOR

Talvez possamos afirmar, sem que pareça particularmente redutor, que o objetivo principal da escola é que esta forme os seus alunos de modo a ver concretizado o ponto 5 do Artigo 2º da Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo:

... o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva. (Portugal , 1986)

As mutações socioeconómicas e culturais ocorridas no final do século repercutem-se, agora, ao nível do trabalho (com o surgimento, inclusive, de novas profissões) exigindo-se, com isso, novas competências. A par disto, há ainda uma necessidade





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

permanente de educação, formação ou atualização para uma melhor flexibilização e adaptação ao mundo no trabalho. Por isto, exige-se à escola que não atue à margem do que acontece, não podendo ainda descuidar as mudanças que se verificam no estilo de vida do aluno atual que se vão repercutir nas formas de interação pessoal, mas também na maneira como distingue entre o tempo de formação, de trabalho e de lazer. Acresce que a escola tem que colocar a sua tônica na educação permanente e optar por estratégias de aprendizagem que incluam o desenvolvimento de competências como a criatividade, o trabalho em equipa, a comunicação e a solidariedade, de maneira a que se eduque e forme para que o aluno seja capaz de enfrentar a mudança e a inovação e consiga, na escola, que lhe seja inculcada a capacidade e o desejo de busca permanente.

A escola de hoje assume um papel único e primordial de integração do saber, uma vez que tem de atuar em várias frentes: por um lado, diminuir e combater a exclusão dos alunos da sociedade da informação; por outro lado, concretizar a troca de saberes e a interação social. É ainda essencial que o professor, sobretudo, entenda claramente que numa sociedade democrática, a educação deve estar ao serviço de todas as pessoas, não com o objetivo de se tornarem universitários, mas com o objetivo de que sejam pessoas capazes de dar respostas aos problemas com que se vão debater ao longo da vida (Zabala, 1999).

A igualdade de oportunidades no acesso a melhores empregos e à realização pessoal e profissional das pessoas é um dos desafios com que se debate qualquer projeto educativo alicerçado em qualquer estabelecimento de ensino. A escola, no sentido lato, e as instituições de ensino, no sentido restrito, têm o papel decisivo enquanto detentoras de saberes consagrados em matéria de teoria e prática da educação, sendo, por isso, a materialização de toda a filosofia política da educação que está incorporada em qualquer sistema educativo vigente.

Pelo facto de acreditarmos genuinamente nas ideias do parágrafo anterior e inspiradas em Card (2016), norteamos agora a nossa reflexão em torno do facto da educação ser o principal fator para determinar as diferenças salariais, não negligenciando que, com estas, vêm as outras desigualdades (Card, 2016). Ora, se por um lado acreditamos que a igualdade de oportunidades por parte de todos quantos





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

assim o desejo deve ser uma preocupação incessante da escola, não podemos deixar de nos inquietar com o facto de sabermos que o ensino superior tem, ainda, um perfil altamente elitista. (Cerdeira, et al., 2018)

Para fazer cumprir a sua missão, qualquer estabelecimento de ensino terá de cumprir o desígnio para o qual foram criadas: a responsabilidade de formar cidadãos livres, autónomos e responsáveis e, com isso, profissionais competentes, sendo que a frequência do ensino superior acarreta por si só (e de imediato) incomensuráveis vantagens que não se resumem às económicas. Cidadãos bem formados pensam melhor e quem pensa melhor toma melhores decisões e quem toma melhores decisões é mais feliz. De uma maneira muito natural, podemos afirmar que a frequência do ensino superior acarreta, por um lado, benefícios para os próprios indivíduos e para as sociedades e por outro lado, essa vantagem pode refletir-se na felicidade das pessoas, fazendo com que se sintam mais satisfeitas com a vida, já que “a educação superior esta associada a um conjunto de comportamentos que denominamos de virtuosos...” (Figueiredo, et al., 2017, p. 26). Na verdade, “indivíduos mais escolarizados tendem a ter menos comportamentos antissociais, auto ou heterodestrutivos e a participar mais ativamente nos diálogos da sua comunidade.” (Figueiredo, et al., 2017, p. 11). Por outras palavras, além do efeito imediato no bem-estar da educação ela própria, a educação tem também um efeito mediato, ou indireto, ao promover todas essas outras dimensões do bem-estar individual e coletivo. (Powdthavee, Lekfuangfu & Wooden, 2015)

Contudo, a nossa tônica aqui é a de refletir em relação ao facto de as instituições de ensino superior localizadas no interior terem (ou não) a missão de contribuir para o fim de um elitismo que ainda se sente e qual a importância que lhes é atribuída por contribuírem, como nós defendemos, para um decréscimo das diferenças entre indivíduos menos afortunados pelo facto de não viverem no litoral ou não serem provenientes de famílias abastadas munindo todos quantos as frequentam de competências de maneira a cumprir-se a igualdade de oportunidades no acesso a melhores empregos e à realização pessoal que antes já evocámos.





## ENSINO POLITÉCNICO:

O ensino politécnico foi concebido quando se alargou a reflexão em relação à necessidade de se contemplar não apenas o tradicional ensino conceptual, mas para se integrar um ensino considerado “mais prático” e, por isso, mais ligado ao desempenho de certas profissões, com a tónica no “saber fazer”. O decreto-lei nº 513T/79 de 26 de setembro estabelecia, então, que “o ensino superior politécnico - designação porque passa a ser conhecido o ensino superior de curta duração ... visa, no essencial, dotar o País com os profissionais de perfil adequado de que este carece para o seu desenvolvimento”. (Portugal, 1979)

Nos apelidados países ocidentais, no final dos anos cinquenta e durante a década de 60 do século XX e fruto do desenvolvimento económico e social verificado na altura, eis que se assiste a uma enorme pressão nos diferentes sistemas educativos com o intuito de lhes “introduzir reformas estruturais que permitissem responder às novas necessidades desse desenvolvimento. (Braga, 1994, p. 7)

Como atesta Braga (1994), as reformas a que nos referimos traduziram-se, entre outras, de “expandir, diversificar e regionalizar o ensino superior e de permitir uma igualdade social no acesso e sucesso escolar.” (Braga, 1994, p. 8)

O caminho para o estabelecimento do ensino politécnico foi um caminho longo e cheio de contrariedades a partir de 1973. Não ignorando os percalços e os atrasos e avanços que nos fizeram chegar até aqui, assinalamos neste trabalho a data de outubro de 1986, data da publicação da lei de bases do Sistema Educativo onde ficou consagrada a existência de 2 subsistemas de ensino superior que hoje conhecemos: o universitário e o politécnico. (Sousa, 1999)

A procura regional da educação superior, nomeadamente o acesso e frequência dos Institutos politécnicos reflete, ainda hoje, persistentes dicotomias nacionais e regionais, materializadas numa evidente diferenciação institucional, dentro do sistema superior binário, como podemos constatar na tabela que abaixo apresentamos.





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

*Tabela 1 - Alunos do Ensino Superior*

Anos	Universitário			Politécnico		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2000	30 498	11 307	19 191	23 757	7 351	16 406
2001	31 950	11 930	20 020	29 190	8 162	21 028
2002	33 371	12 510	20 861	30 727	8 541	22 186
2003	35 498	13 306	22 192	33 013	9 185	23 828
2004	36 293	13 954	22 339	32 375	9 494	22 881
2005	36 455	13 931	22 524	33 532	10 414	23 118
2006	38 541	14 642	23 899	33 287	10 198	23 089
2007	46 255	19 152	27 103	37 021	12 978	24 043
2008	47 824	20 165	27 659	36 185	13 735	22 450
2009	48 848	21 388	27 460	27 719	9 797	17 922
2010	50 656	21 882	28 774	27 953	9 472	18 481
2011	50 528	21 890	28 638	28 257	9 764	18 493
2012	53 368	22 651	30 717	28 042	9 928	18 114
2013	54 329	23 406	30 923	26 570	9 405	17 165
2014	51 225	22 206	29 019	24 681	8 840	15 841
2015	52 367	22 326	30 041	24 525	8 849	15 676
2016	51 068	21 810	29 258	22 018	8 398	13 620
2017	51 335	21 883	29 452	25 699	10 539	15 160

Fonte: PORDATA, 2018

Já referenciado anteriormente, o estudo “O Custo dos Estudantes no Ensino Superior Português” concluía que, globalmente, o grau de equidade do Sistema de Ensino Superior Português, medido pela representação de cada grupo social da população portuguesa em estudantes do ensino superior, é ainda baixo, evidenciando um perfil (ainda) de ensino elitista.

Das conclusões que o mesmo apresentou, destacamos:

- “Foi o ensino politécnico público que apresentou um maior peso da perceção de pertencer ao grupo de baixos rendimentos (20,5%)...” (Cerdeira, et al., 2018, p. 45)
- “Os estudantes do ensino politécnico público eram aqueles cujos pais menos ocupavam posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos, com apenas 3,6% nessa situação...” (Cerdeira, et al., 2018, p. 55)
- “Registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes consoante o tipo de ensino, sendo no ensino politécnico público onde se



Fonte: <<https://nacoesunidas.org>>



# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

registrou o menor grupo de habilitações superiores de pais e mães...” (Cerdeira, et al., 2018, p. 63)

- “O ensino politécnico público apresentou a maior taxa de bolseiros, 36% dos estudantes inquiridos...” (Cerdeira, et al., 2018, p. 70)
- “A perceção dos estudantes em relação ao estatuto socioeconómico e habilitacional dos pais apontava para um certo elitismo, com 16,6% a considerar que provinham de agregados de “baixos rendimentos”, 46,7% de “rendimentos médios” e 36,7% de “rendimentos altos/médio alto”. Foram os estudantes do ensino privado que referiram uma percentagem mais elevada de “rendimentos altos/médio alto” (47,3%); e foram os estudantes do ensino politécnico público os que indicaram uma percentagem mais elevada de “rendimentos baixos” (20,5%).” (Cerdeira, et al., 2018, p. 129)

A acrescentar aos dados recolhidos do estudo que acima apresentámos, destacamos, ainda, que um dos fatores mais relevantes para explicar as escolhas dos jovens em relação ao ensino superior é a escolaridade dos pais, e em especial, a da mãe. Esta circunstância vai determinar a frequência do ensino superior por parte do filho. Portanto, o acesso ao ensino superior continua marcado por profundas diferenças sociais, sendo que o estatuto dos pais e a suas vivências determinam o percurso escolar dos filhos. (Homem, 2018).

Por tudo quanto foi dito anteriormente, consideramos que a missão das Instituições de Ensino Politécnico é uma missão que não se resume apenas à transmissão de saber, mas antes uma missão de contribuir para que a igualdade de acesso de todos quantos as frequentam seja uma missão por si só e que deve, (não só), mas sobretudo por isso, ser enaltecida.

## A MISSÃO (POSSÍVEL) DA ESTGL

Vingar num território do interior terá sido o maior desafio a que a ESTGL se propôs aquando do seu estabelecimento, pelo Decreto-Lei 264/99 de 14 julho, no ano letivo de 2000/2001, primeiro ano de funcionamento sob a missão de:





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

- a) Desenvolver global e equilibradamente, no aluno, competências intelectuais, culturais, de investigação e de actualização permanente ao longo da vida, visando uma qualificação de alto nível, numa perspectiva de rentabilização de sinergias entre as necessidades e as ofertas de formação, com vista à correcta integração do aluno no mercado de trabalho, num quadro de referência nacional e internacional;
- b) Implementar, na Instituição, um modelo de Inovação e Excelência nos planos da educação, formação, investigação e intervenção na comunidade, valorizando as actividades dos seus docentes, investigadores e demais trabalhadores, estimulando a permanente formação intelectual e profissional dos seus estudantes numa lógica de valorização dos recursos humanos assegurando as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior, integrando uma perspectiva de formação ao longo da vida ajustada aos novos desafios;
- c) Promover a mobilidade de estudantes e diplomados quer a nível nacional, quer internacional, preferencialmente para países do espaço europeu e países de expressão oficial portuguesa, no âmbito da política definida pelo IPV;
- d) Participar em actividades de ligação à sociedade designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como contribuir para a valorização económica do conhecimento científico;
- e) Contribuir para a compreensão pública do conhecimento, da ciência e da tecnologia promovendo e organizando acções de apoio à difusão da cultura disponibilizando os recursos e meios necessários para esses fins. (ESTGL)

Com a visão de “fazer evoluir a Instituição para um modelo de referência, nos planos da educação, formação, investigação, e intervenção na comunidade, numa lógica de valorização de recursos humanos, integrando uma perspectiva de formação ao longo da vida ajustada aos novos desafios” (ESTGL), a ESTGL, deslocalizada do *campus* principal do IPV, tem contribuído, desde a altura da sua criação, para a valorização do território onde está inserida e é um instrumento de mudança e transformação social orientado para o enriquecimento de todos quantos a frequentam.

Em relação ao exposto anteriormente, também a literatura é unânime em considerar a importância das Instituições de Ensino Superior para os territórios em que se encontram localizadas, sendo que essa importância não se limita ao impacto económico que as mesmas são responsáveis. Há dimensões não tão facilmente quantificáveis que, na verdade, nos importa realçar, nomeadamente, a acessibilidade dos estudantes da região ao ensino superior permitindo-lhes prosseguir estudos superiores, salientando, desta forma, a missão pública do Institutos Politécnicos.

Com especial realce nas regiões do Interior, os Politécnicos são uma realidade com impacto inquestionável nas regiões onde estão localizados ao nível do demográfico, social, político e cultural.





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

O estudo realizado pelo IPV denominado *Impacto Económico das Instituições do Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do IPV* revelou que o impacto total, “englobando o impacto direto, indireto e induzido... foi de 69,33 milhões de euros”. (IPV, 2013, p. 23)

Mais concluiu este estudo que

cada euro gasto pelo estado no financiamento do IPV, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Viseu e de Lamego de 4,64 euros. Tendo em conta uma população ativa de 59.539, em Viseu de 46,665 e em Lamego de 11.874, o IPV é responsável pela criação de 3.271,60 empregos, o correspondente a 5,59% da população ativa nos locais em estudo. (IPV, 2013, pp. 27,28)

Embora não tenha sido o impacto económico aquele que nos moveu para a realização deste trabalho, o mesmo não pode ser negligenciado e, como verificámos, o mesmo pode ser quantificável.

Todavia, são as dimensões não quantificáveis aquelas que nos desafiam veementemente. A repercussão social da educação quando relacionada a um conjunto de comportamentos virtuosos de todos quantos frequentam o ensino superior é, na verdade, o que mais nos moveu para levarmos a cabo esta reflexão. Na verdade, como podemos ver na figura que abaixo apresentamos, desde o ano letivo em que entrou em funcionamento, já estiveram inscritos na ESTGL **XXX** alunos.

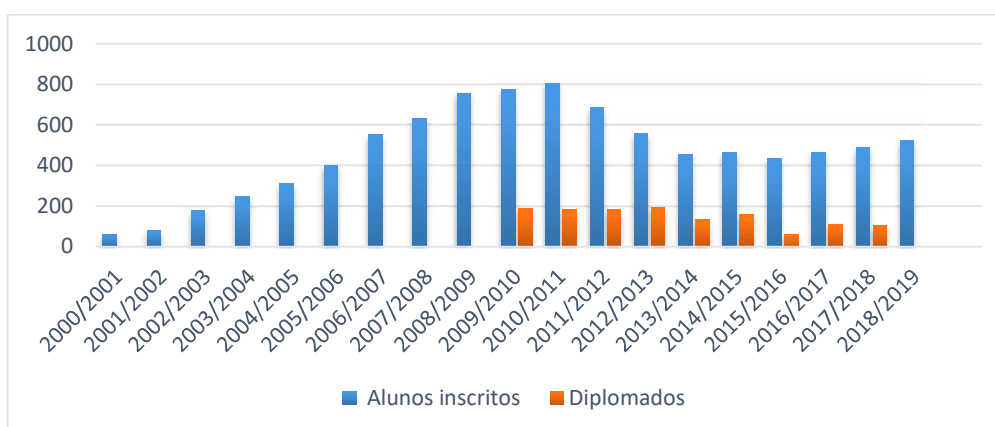


Figura 1 - Alunos da ESTGL

Fonte: Elaboração própria

Como já referimos, a regionalização do ensino superior permite uma maior igualdade social no acesso escolar e é essa igualdade que nos move todos os dias a acreditar





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

que, embora trabalhando com públicos menos privilegiados e até menos motivados, não é um entrave para todos quantos trabalham na ESTGL e encaram a educação no seu sentido mais preciso, ou seja, a encaram como os sofistas gregos e a concebem como a grande responsável pela realização máxima do potencial inerente a cada aluno que a frequenta.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/FINAIS

A igualdade de oportunidades e a preocupação quando não se cumpre um direito fundamental consagrado naquele que é o documento mais abrangente de uma nação, a sua constituição, é para qualquer agente da educação quase como uma obsessão. Embora a democracia não tenha como base para a sua existência uma igualdade perfeita, a verdade é que é exigido que as pessoas de uma mesma espécie partilhem uma vida em comum e que nela vinguem sem que para isso tenham sido munidas das mesmas oportunidades. Os territórios do interior são desafiados a repensar as suas estratégias de maneira a que consigam fazer-se vingar num país desigual com desiguais estratégias de desenvolvimento e consolidação.

Os desafios de uma instituição do ensino superior do interior são necessariamente diferentes dos de uma instituição análoga numa região mais favorecida e povoada, sendo que ambas terão de cumprir os mesmos requisitos legais para se implementarem e atingir os objetivos a que se propuseram. A dificuldade de atração de públicos a que se destinam obrigam a todos os que trabalham nestas instituições a uma envolvimento emocional e física, já que a preocupação (uma vez os alunos chegados), terá de ser a de os “fidelizar”, almejando, com isso, que sejam os alunos os porta-vozes do trabalho que se desenvolve e sejam eles a proliferar as boas práticas educativas por todos os conhecidos. Embora sem dados concretos para validar cientificamente esta nossa percepção, estamos certas que a satisfação de quase todos os que frequentam a ESTGL é uma das principais razões que dita o sucesso desta instituição “à beira Douro plantada”. A entrega e dedicação de todos quantos nela trabalham deveria ser alvo de reconhecimento diário por parte não só da população da cidade, como por todos quantos têm responsabilidades políticas e





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

socias e com isto não queremos dizer que não o é, mas antes lamentar que não seja devidamente reconhecido às Instituições de Ensino Superior do Interior o mérito por se fazerem vingar, por se reinventarem anualmente, por cumprirem, como nenhuma outras, o direito fundamental de proporcionar às populações a possibilidade de acesso e frequência do ensino superior que, de outra maneira, não lhes seria possível.

Desejar-se-ia que um sistema educativo fosse sempre um sistema onde reinasse a coerência e a previsibilidade ainda que essa coerência e previsibilidade tenham, como sabemos, de ombrear com a constante mudança que a sociedade assim exige e os sistemas de ensino também.

É neste emaranhado de mudanças constantes e de desafios diferentes que se vão impondo quase anualmente que as instituições de ensino tentam, ano após ano, redescobrir-se, reinventar-se e lá se vão implementando no contexto de um país com fortes défices acumulados de educação e almejam, todos os que lá trabalham, contribuir para uma sociedade que se quer, pelo menos ao nível da educação, o mais justa possível, tentando sempre que o ensino superior ganhe uma carga simbólica, como se de um “elevador social” se tratasse, o que, por si só, justifica esse entusiasmo.

## REFERÊNCIAS

Braga, L. (1994). *20 anos de Ensino Politécnico em Portugal*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.

Card, D. (2016). *Público*, 18 de julho.

Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Machado, M., Brites, R., & Curado, A. (2018). Custos dos Estudantes do Ensino Superior. Relatório CESTES 2. 2015-2017. Em L. & Cerdeira. Lisboa: Educa.

ESTGL. (s.d.). *Missão*. Obtido de ESTGL: <https://www.estgl.ipv.pt/docs/missao.pdf>

Figueiredo, H., Portela, M., Sá, C., Cerejeira, J., Almeida, A., & Lourenço, D. (2017). *Os Benefícios do Ensino Superior*. FFMS.

IPV. (2013). Impacto Económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Viseu. Viseu: Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde.





# I CONGRESSO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável

Lamego - Portugal | 16 a 19 de janeiro de 2019

Portugal . (14 de outubro de outubro de 1986). Lei n.º 46/86 . *Lei de Bases do Sistema Educativo* . Diário da República n.º 237/86 – I Série.

Portugal. (26 de setembro de 1979). Decreto-lei nº 513T/79. Diário da República.

Powdthavee, N., Lekfuangfu, W. N., & Wooden, M. (2015). What's the good of education on overall quality of life? A simultaneous equation model of education and life satisfaction for Australia. *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, 54, 10-21.

Sousa, A. (1999). Sobre a Génese do Ensino Politécnico. *Millenium*, 13. Obtido de [http://www.ipv.pt/millenium/Millenium\\_13.htm](http://www.ipv.pt/millenium/Millenium_13.htm)

Zabala, A. (1999). *Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo*. São Paulo: Artmed.

